

---

**Relato de experiência de uma professora alfabetizadora em tempos de pandemia - anos  
2020 e 2021**

*Relato de experiencia de una alfabetizadora en tiempos de pandemia - 2020 y 2021*

Patricia Miolo  
Débora Ortiz de Leão  
**Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)**  
Santa Maria-Brasil

**Resumo**

Este relato objetiva descrever as vivências de uma professora alfabetizadora durante o período da pandemia (2020 e 2021). Nesse período, os desafios foram inúmeros. Por esse motivo, acredita-se na importância de registrar essa experiência para as gerações futuras, bem como, expor as ações desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Santa Maria/RS e pela Secretaria Municipal de Educação com o intuito de minimizar os impactos do isolamento social no sistema de ensino e, de forma geral, na vida dos professores e alunos. Destaca-se que os professores buscaram se reinventar rapidamente e excelentes práticas surgiram neste momento, considerando alunos e suas famílias como parcerias importantes no processo de alfabetização e de construção de conhecimentos.

**Palavras-chave:** Alfabetização; Políticas Educacionais; Professora Alfabetizadora;

**Resumen**

Este informe tiene como objetivo describir las experiencias de una alfabetizadora durante el período de pandemia (2020 y 2021). Durante este período, los desafíos fueron numerosos. Por eso, creemos en la importancia de registrar esta experiencia para las generaciones futuras, así como exponer las acciones desarrolladas por el Municipio de Santa María/RS y la Secretaría Municipal de Educación con el objetivo de minimizar los impactos del aislamiento social en el sistema educativo y, en general, en la vida de profesores y estudiantes. Es de destacar que los docentes buscaron reinventarse rápidamente y surgieron excelentes prácticas en este momento, considerando a los estudiantes y sus familias como socios importantes en el proceso de alfabetización y construcción de conocimientos.

**Palabras clave:** Alfabetización; políticas educativas; profesor de alfabetización;

## **1 Introdução**

O ano de 2020 nos apresentou inúmeros desafios no que se refere a alfabetizar letrando durante uma pandemia<sup>1</sup>. Já o ano de 2021 não iniciou de uma forma muito diferente, pois os desafios foram basicamente os mesmos, uma vez que a pandemia ainda se fazia presente. A diferença era que, neste segundo ano de pandemia, não nos encontrávamos mais tão confusas e inseguras como ocorreu em 2020. Algumas situações já tínhamos vivido e já havíamos adquirido experiências e com isso tínhamos maior noção do que podíamos fazer.

O distanciamento social, as escolas ainda fechadas ou em processo de reabertura, a necessidade de se repensar formatos entre o virtual e o presencial foram algumas das questões marcantes e angustiantes daquele momento. Como professores, vivemos tantas situações inéditas e diferentes na educação nessa época de pandemia. Alguns meses antes da pandemia, diríamos talvez ser impossível de acontecerem, mas estas impactaram e ainda impactam nosso trabalho e, também, a nossa vida pessoal.

Essa situação exigiu de professores(as) e estudantes novas e diferentes habilidades no que se refere ao uso de plataformas e ferramentas tecnológicas. É sabido que o ensino remoto envolve muitos custos materiais, acessibilidade e alterações de tempos e espaços de trabalho. O ensino remoto exigiu dos docentes gastos extras com materiais e equipamentos, planos de acesso à internet, excedentes de utilização de energia elétrica e transformou suas residências em plataformas de trabalho. Sendo assim, foi necessário o investimento particular em bons aparelhos eletrônicos como computadores e celulares, bem como, planos de internet que conseguissem dar conta de aulas on-line, plataformas pesadas, formações on-line, uso de redes sociais como Facebook e WhatsApp para orientar e auxiliar às famílias e alunos em suas dúvidas, etc.

Nesse contexto, a alfabetização e o letramento das crianças foi tema recorrente de reflexões e debates, devido ao fato de milhares de crianças e adolescentes estarem fora das escolas e muitos sem nenhum acesso a orientações de estudo via internet ou por materiais impressos. A alfabetização é um dos temas que historicamente demandam atenção especial na área da Educação e que tem sido parte da atuação profissional como professora alfabetizadora da rede básica. A temática das políticas e práticas de alfabetização e letramento no Ensino Fundamental é vivenciada diariamente em turmas de 1º ano, em processo de alfabetização e letramento. No contexto atual e, especialmente, em função do

distanciamento social provocado durante a pandemia do Covid-19, com consequente fechamento das escolas e adoção de ensino remoto e posteriormente, com o ensino híbrido, percebe-se que a organização curricular do processo de alfabetização foi significativamente alterada.

Sendo assim, acredita-se ser pertinente compartilhar a vivência de uma professora alfabetizadora durante a pandemia, pois se trata de uma experiência inédita. Nesse contexto, relata-se ainda como ocorreu a organização da Prefeitura Municipal da Cidade de Santa Maria/RS e da Secretaria Municipal de Educação para tentar minimizar os impactos que a pandemia e o isolamento social trouxeram para a vida dos professores e alunos e o papel da família e da gestão escolar.

## **2 Detalhes da experiência inédita: relato do vivido**

O ano de 2020 iniciou de uma forma convencional: professora e alunos em uma sala de aula. Porém, em meados do mês de março as aulas foram suspensas inicialmente por 15 dias. Esse período se estendeu e perdurou até agosto de 2021. A partir daí, tudo mudou. Com as aulas suspensas e o uso do ensino remoto nossa prática teve que ser reformulada.

Relatar sobre o ensino remoto, não é algo muito fácil. Embora já se esteja realizando esta prática remota há mais de um ano. Na verdade, ainda estamos aprendendo sobre e como trabalhar desta forma. Foi e está sendo um período de muito aprendizado, de reconstrução da nossa prática que até então, acontecia dentro das nossas salas de aula. Esse é o momento de enfrentar e superar muitos desafios, medos, inseguranças, pois, jamais imaginávamos viver e enfrentar uma situação assim.

Apesar de o ensino remoto ser uma estratégia imprescindível para a continuação da educação formal no atual cenário em que estamos vivendo, essa modalidade tem sido desafiadora. Mas, apesar de tudo isso, nada ficava claro para mim. Eu não sabia como iniciar, como fazer, como atingir estas crianças e famílias e, ao mesmo tempo, acolhê-las neste momento. Contudo, eu tinha que agir, tinha que buscar uma estratégia pedagógica para conseguir alfabetizar letrando. Este era meu grande desafio e eu precisava enfrentá-lo e superá-lo logo. Soares (2010, p. 21) afirma que “letrar é mais do que alfabetizar”, é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto em que a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida do aluno, nesse processo não basta apenas juntar letras para formar palavras e reunir palavras para compor frases, deve-se compreender o que se lê, assimilar diferentes

tipos de textos e estabelecer relações entre eles. Quando fomos comunicadas de que as aulas presenciais seriam suspensas inicialmente, por 15 dias, nos organizamos e enviamos atividades impressas, alfabeto móvel, livros de histórias, fichas de leituras e atividades dos livros didáticos para que estas crianças pudessem mesmo de casa continuar com o seu processo de alfabetização. Entretanto, os 15 dias iniciais já estavam terminando e nada sinalizava que nós iríamos retornar em um curto período as aulas presenciais. Então, a coordenação da escola agiu muito rápido criando grupos para cada turma no Facebook, para que através deste pudéssemos enviar atividades para as crianças e dar apoio para as crianças e famílias. Também fiz uso de um grupo no WhatsApp que já tinha da minha turma, muito antes da pandemia nos atingir. Defendo e acredito na importância de família/escola/professora trabalharem juntos durante o processo de alfabetização das crianças. A alfabetização inicia muito antes da criança ingressar na escola ou no 1º ano. Desde que as crianças nascem estão construindo objetos complexos de conhecimento e o sistema de escrita é um deles.

A língua escrita é um objeto de uso social, por isso, penso ser fundamental que a criança entenda a função social que a língua escrita desempenha, para que a aprendizagem tenha significado. Se a criança entender que é necessário ler para aprender algo novo e que é necessário escrever para se comunicar com alguém ausente, ela se interessará pela leitura e pela escrita e sendo assim a aprendizagem terá significado para ela. Como nos ensina Soares (2010), a partir do momento em que uma criança nasce numa sociedade grafocêntrica, cercada de material escrito e de pessoas que fazem uso da leitura e da escrita, vão conhecendo e reconhecendo desde cedo o sistema de escrita, distinguindo-o de outros sistemas gráficos (como desenhos, por exemplo). Quando esta criança chega à escola, cabe à educação formal orientar metodologicamente esses processos e a educação infantil é só o início dessa orientação, pois, o letramento é um processo que se estende por todos os anos de escolaridade e por toda a vida. Alfabetização e letramento são dois processos que caminham juntos, porém o letramento, como sabemos, antecede a alfabetização, permeia todo o processo de alfabetização e continua a existir quando já estamos alfabetizados.

No início do mês de abril, já estava enviando atividades remotas para a minha turma de 1º ano, pelo grupo do Facebook e do WhatsApp. Foi um momento em que tivemos, eu

enquanto professora e as famílias, de nos adaptar, nos organizar e buscar desta forma continuar contribuindo para o processo de alfabetização e letramento das crianças.

Um dos objetivos principais da escola é possibilitar que os alunos participem das várias práticas sociais que se utilizam da leitura e da escrita na vida, de maneira ética, crítica e democrática (Rojo, 2009). No que se refere aos planejamentos, me embasei em atividades mais lúdicas, revisando o que eu já havia trabalhado com a turma quando ainda estávamos com aula presencial e sempre buscando trazer para perto deles os ambientes letrados.

Ao mesmo tempo, comecei a gravar vídeos de apoio, inicialmente trabalhando o som das letras e mostrando como minha “boquinha” se comportava quando eu pronunciava os sons das letras. Também, trabalhei com a quantidade de palavras de uma frase, com a quantidade de sílabas de uma palavra, com aliteração e rima. A consciência fonológica pode ser entendida como um conjunto de habilidades que vão desde a simples percepção global do tamanho da palavra e de semelhanças fonológicas entre as palavras até a segmentação e manipulação de sílabas e fonemas (Bryant; Bradley, 1985). Segundo Morais (1995), para a consciência de fonemas são necessárias orientações expressas sobre a estrutura da escrita alfabética, com o objetivo de familiarizar a criança com o mapeamento que está escrita faz dos sons da fala.

Sendo assim, gravei vídeos com várias atividades pedagógicas/jogos como sugestão para as famílias brincarem com as crianças, muitos jogos orais (rimas, aliterações, etc). Foi uma forma mais concreta e significativa encontrada para as crianças construírem seu conhecimento referente à leitura e à escrita e sobre a alfabetização matemática. Morais (2012) faz uma importante consideração sobre a importância do trabalho com tradições orais: para todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. De um lado, as escolas precisaram adaptar-se consideravelmente rápido para oferecerem uma educação de qualidade dentro do possível, de outro, os estudantes precisaram se adequar a essa realidade para aprender sem sair de casa. Porém, quando nos referimos a alfabetização e letramento durante o ensino remoto, os desafios são maiores ainda. Como conseguir fazer isso de forma remota? Será que as crianças irão aprender de forma significativa? E as famílias irão conseguir se organizar para auxiliar as crianças neste momento? Foram muitas indagações, incertezas, medos, muitas leituras, muitas lives/palestras, muitas conversas e trocas com a coordenadora pedagógica da minha escola

O fato de aqueles textos conterem uma série de rimas, aliterações, repetições (...) permite uma rica exploração dos efeitos sonoros acompanhada da escrita de palavras. Assim cria-se um bom espaço para que meninos e meninas comecem a

prestar mais atenção nas palavras e em suas partes orais e escritas (Morais, 2012, p. 93)

Mesmo com essa proposta, eu não sabia se trabalhando desta forma conseguiria “chegar” até as crianças, só o tempo poderia me mostrar isso. Gravar vídeos foi um desafio enorme para todos os professores, pois estávamos expostos e à mercê de julgamentos e isso nos causou muitas angústias e medos. As estratégias de gravações eram necessárias, tendo em vista que, ao trabalhar com alunos em processo de alfabetização, era preciso atrair a atenção deles para os conteúdos publicados. A insegurança, principalmente nas gravações dos primeiros vídeos foi imensa, levando-nos a regrava-los inúmeras vezes até que ficassem razoavelmente bons para postar e enviar o link aos grupos de pais.

Embora, nós professores, nos esforçássemos ao máximo, às vezes não tínhamos os recursos adequados como uma câmera de qualidade e um tripé. Ao gravar vídeos, por exemplo, fizemos uso de latas para apoiar o celular, transformando nossa casa em uma sala de aula virtual. E se antes trabalhávamos aproximadamente oito horas por dia, essas horas se duplicaram, pois os nossos celulares estavam sempre disponíveis para atender aos pais, aos alunos e a escola, independente do dia ou horário.

Inicialmente não se cobrava devolutiva das atividades que estávamos enviando para as crianças, pois não tínhamos nenhuma normativa para nos orientar ou amparar. Porém, quando a normativa chegou, recebíamos os registros que se davam através de vídeos, fotos pelo WhatsApp ou Messenger e estes foram todos arquivados em um pasta no *drive* para futura comprovação se necessário. Na sequência, foi determinado que nós utilizaríamos o Google sala de aula para postar os conteúdos de aula e as atividades referentes a mesma, inclusive videoaulas, jogo on-line para apoio, etc., e que as devolutivas agora também deveriam ser postadas ali no Google sala de aula, por parte dos alunos/famílias através de registros (fotos ou vídeos) comprovando a realização das mesmas. Quando começamos a utilizar o Google sala de aula, as atividades enviadas as pelas crianças ficavam automaticamente salvas no ambiente, isso facilitou muito o trabalho dos professores que antes precisavam salvar uma a uma em pastas no *drive*.

No mês de maio aconteceram muitas formações disponibilizadas pela SMED para tentar preparar os professores para o ensino remoto. Foi um mês repleto de desafio e muito exaustivo também. Pois, tínhamos que dar conta das turmas, das famílias e da formação. Não

tínhamos tempo para nada. Tínhamos formação no turno da manhã, da tarde e até no turno da noite. Embora, a SMED tenha tentado “preparar” e “amparar” o professor no início da pandemia, pouco ou quase nada destas formações foi direcionada para a alfabetização embora esta fosse um dos maiores desafios da pandemia. As formações eram mais gerais, englobando toda a rede municipal da educação infantil, anos iniciais e anos finais, educação especial, EJA, escola do campo, etc.

Para Sartori (2011, p. 31), “as possibilidades de articulação entre teoria e prática podem facilitar o redimensionamento da ação pedagógica, especialmente no que se refere à busca da superação da fragmentação do fazer pedagógico”. Dessa forma, a formação continuada é o caminho para auxiliar o professor em seu trabalho docente, proporcionando a reflexão sobre sua prática pedagógica, o conhecimento de novas metodologias, atualização frente às mudanças no âmbito educacional. Enfim, ela deve proporcionar o embasamento teórico para transformar e, conseqüentemente, melhorar sua prática em sala.

Ao longo do ano estas formações foram bem reduzidas, ocorria em média um dia por mês e havia também atividades para realizar ao longo do mês numa plataforma educacional chamada Google sala de aula. A prática pedagógica inicialmente estava embasada no Documento Orientador Curricular de Santa Maria (DOC-2019) e, após, no Currículo Emergencial do Ensino Fundamental (2020) que foi construído coletivamente entre escolas (professores) e Secretaria Municipal de Educação (SMED) de Santa Maria durante a pandemia do covid-19.

Acredito ser importante destacar, que durante todo o ensino remoto mantive um diálogo muito aberto e companheiro com as famílias, sempre enfatizando que neste momento eles eram a “ponte” entre eu e as crianças. Sem a ajuda, o comprometimento e o apoio deles eu não conseguiria chegar até as crianças e assim, não conseguiria auxiliá-las no seu processo de alfabetização. Também, mantive um vínculo afetivo muito forte com as crianças, mesmo a distância, pois penso que alfabetização também é afeto, carinho, atenção, encorajamento, palavras positivas, olhar amoroso, etc.

Segundo Chalita (2001, p. 27) “a alfabetização tem de ser acompanhada pela família. Os primeiros escritos, o incentivo à leitura, os brinquedos pedagógicos.” Tudo isso precisa ter significado/sentido para a criança. Assim, o papel dos pais é de estimular e propiciar momentos de cumplicidade, de amor e carinho para a formação da criança. Para saber se as

famílias estão conseguindo ter acesso às atividades remotas e aos vídeos de apoio que eu estava gravando, eu acompanhava se tinham visualizado estas postagens na nossa página no Facebook e depois acompanhava através do Google sala de aula. Os que não tinham visualizado e/ou acessado os conteúdos, eu entrava em contato com a família para saber o motivo de o aluno não estar realizando as atividades. Sempre com muito afeto e compreensão, tentava compreender as famílias, mas também, tentava fazê-los entender que não sabíamos por quanto tempo iríamos trabalhar de forma remota e, que para que a criança se alfabetizasse, ela precisava ter acesso aos vídeos de apoio e realizar as atividades enviadas. Em alguns casos, a busca ativa teve sucesso, em outros, nem tanto.

Embora, praticamente todas as famílias tivessem acesso à internet e ao Google sala de aula, isso foi comprovado por uma pesquisa realizada pela escola, algumas famílias optavam por retirar as atividades impressas, por não terem como imprimir as mesmas e, depois, postavam no Google sala de aula, os registros das atividades realizadas. Enquanto educadores, precisamos compreender que o mundo mudou e, desta forma, se faz necessário rever nossas concepções e adequar simultaneamente os conteúdos escolares às necessidades e interesses de nossos alunos, buscando, inclusive, estreitar vínculos com a família para alterar significativamente o processo de ensino e aprendizagem.

Penso ser importante destacar, que principalmente, no início das postagens das atividades remotas, quando as escolas estavam 100% fechadas. Busquei sempre planejar atividades pouco extensas que as crianças pudessem copiar e/ou que os pais pudessem também auxiliar caso a família não tivesse como imprimir. Quando a escola teve autorização para funcionar, para entregar as atividades impressas, orientei as famílias para que fossem até a escola retirar as mesmas. Meu objetivo nunca foi sobrecarregar as famílias ou as crianças, mas, sim, propor atividades que realmente julgava essenciais para auxiliar as crianças no seu processo de construção da leitura e da escrita.

Olhando pelo lado da criança que está sendo alfabetizada, este momento precisa ter significado, já que precisa perceber o incentivo vindo de ambas as partes para progredir com mais fluência, para querer possuir mais conhecimentos de sua língua, conseqüentemente ter facilidade em momentos de leituras, exercícios de interpretação, prazer em fazer uso desta nova aquisição, entre outros.

Percebe-se então, que experiências familiares aliadas ao trabalho escolar resultam numa melhora eficaz em relação ao nível de aprendizagem e conseqüentemente do

rendimento escolar, pois, fica claro no discurso diário dos professores que os alunos que recebem atenção significativa por parte da família, tendem apresentar um melhor rendimento escolar, ao passo que aqueles que não recebem atenção adequada apresentam quase sempre desempenho escolar abaixo do esperado (Souza, 2009, p. 11).

Durante esse período, recebi muito carinho das crianças, das famílias, da equipe diretiva da escola. Muitas mensagens escritas e áudios repletos de afeto, gratidão e motivação. Senti que toda a minha dedicação, que todo o meu desgaste físico e mental havia valido a pena. Depois, de um ano letivo praticamente todo com ensino remoto, no final do ano pude avaliar os resultados alcançados e posso afirmar que foram ótimos, pois do total de 26 alunos, apenas 3 crianças permaneceram no nível alfabético. Mas, logicamente que algumas destas crianças que estavam no nível alfabético, precisavam exercitar a leitura, para melhorar a sua fluidez.

Chegou-se a este resultado através, de várias atividades de leitura e escrita e através de testagens que foram sendo realizadas durante o ano, com a auxílio das famílias, que forma orientadas como fazer, como realizar as testagens, deixando as crianças escreverem como elas pensam que se escreve. Muitas destas atividades e testagens estão registradas e arquivadas em pastas individuais no Google drive e foram compartilhadas com a escola.

Penso ser importante igualmente compartilhar que aquelas crianças que permaneceram no nível alfabético, foram crianças que não realizaram a maioria das atividades propostas durante o ano, não enviaram a maioria das devolutivas quando solicitado, não assistiram aos vídeos de apoio. Inclusive, a partir de agosto de 2020, comecei a fazer planejamentos diferentes para cada grupo de níveis de escrita diferentes. Ou seja, para situações em que as famílias não trabalharam em conjunto com a escola e professora. Também gravei um vídeo para as famílias explicando o processo de alfabetização das crianças, de acordo com a teoria psicogenética da Emília Ferreiro (1986), explicando os períodos e níveis conceituais.

O ano letivo de 2021 se deu de forma totalmente remota até o mês de agosto. Os conteúdos e atividades eram postados todas as segundas no Google sala de aula e os alunos/famílias tinham até domingo para fazer a devolutiva das mesmas. Realizávamos uma vez na semana aulas on-line, com duração de 2 horas, com o objetivo de estreitar os laços com

nossos alunos e de retomar de forma lúdica e pedagógica os conteúdos trabalhados naquela semana.

Ainda durante o ano de 2021, nossas formações disponibilizadas pela SMED ocorreram mensalmente e, geralmente, na última quarta-feira de cada mês. Em um turno tínhamos reunião com nossa professora formadora e no turno da tarde tínhamos ateliês, que escolhíamos conforme nossos interesses. Conforme nossa matrícula mais antiga, éramos direcionadas para um grupo, ou seja, como minha matrícula mais antiga era nos anos iniciais e como eu trabalhava com um 1º ano, eu fui direcionada para um grupo com professoras que atuavam também no ciclo de alfabetização. Ali discutíamos sobre as dificuldades que enfrentávamos em nossa prática e trabalhávamos com algumas tecnologias, como a sala de aula invertida, etc. Sendo assim, concordo com Nóvoa quando diz que:

A formação continuada tem, entre outros objetivos, propor novas metodologias e colocar os profissionais a par das discussões teóricas atuais, com a intenção de contribuir para as mudanças que se fazem necessárias para a melhoria da ação pedagógica na escola e conseqüentemente da educação. (Nóvoa, 1991, s/p.).

Quando retomamos as aulas escalonadas presenciais em agosto de 2021, de um total de 27 alunos, 17 alunos optaram por frequentar presencialmente à escola. Assim, a turma foi dividida em grupo A e grupo B. Nas segundas-feiras e quartas-feiras, o grupo A ia até a escola e nas terças-feiras e quintas-feiras eram dias do grupo B. Nas sextas-feiras era o meu dia de planejamento. Nestes dias as crianças recebiam atividades da professora de inglês.

Quando foram separadas as turmas em dois grupos, tentei separá-los por níveis de escrita, com o intuito de dar uma aula diferenciada para os grupos que estavam presencialmente na escola, pois, embora a maioria da turma já estivesse no nível alfabético, não considerava ético deixar de dar uma atenção especial para as crianças que ainda não estavam alfabetizadas. Então, no grupo A estavam todos os alfabéticos e no grupo B havia alguns alfabéticos e alguns que se encontravam em outros níveis da escrita.

Entretanto, como a sala de aula suportava mais alunos do que os que estavam vindo escalonadamente, optamos por deixar um grupo de alunos que estavam apresentando dificuldades no processo de alfabetização para que frequentassem as aulas presencialmente nos 4 dias da semana.

Retornar as aulas escalonadas foi grande desafio, pois no dia que o aluno não estava na escola ele deveria realizar as atividades postadas no Google sala de aula. Então, tínhamos

que pensar em um plano de aula que desse conta de dois grupos em situações distintas. Até o mês de novembro não era obrigatório que todas as crianças frequentassem presencialmente as aulas. Porém, a partir deste mês todas deveriam obrigatoriamente retornar, salvo algum problema de saúde que fosse comprovado por um atestado médico.

Assim, encerrei o ano de 2021 com 27 alunos acompanhando escalonadamente as aulas presenciais, salvo um grupo seletivo de alunos com muitas dificuldades que podiam frequentar as aulas todos os dias, como já expliquei anteriormente. Destes 27 alunos, dois eram público-alvo da educação especial, mas apenas um era atendido pela educadora especial da escola. Este aluno recebia um planejamento diferenciado. Porém, eu tinha outros alunos na turma que também precisavam ser avaliados por especialistas, pois demonstravam dificuldades atípicas que costumamos nos deparar dentro das salas de aula. Deste total, 21 alunos estavam no nível alfabético, 1 no nível silábico e 5 no nível pré-silábico.

Mais uma vez reforço que a grande maioria das crianças que permaneceu no nível alfabético ou eram alunos do público-alvo da educação especial, ou alunos que precisavam ser avaliados por um especialista. Isso aconteceu apenas no ano seguinte e agora estão sendo acompanhados. Havia ainda aqueles que não foram assíduos nem no envio das atividades remotas, nem nas aulas presenciais.

Penso ser importante destacar que de forma alguma me considero uma “super professora” que alfabetiza a todos os alunos no 1º ano, até por que não precisamos ter pressa para isso, pois sabemos que a alfabetização é um processo que precisa ser consolidado até o 3º ano do ensino fundamental (DOC/SM, 2019). Tampouco busco elencar fatores externos para justificar o não “sucesso” do meu trabalho. Muito pelo contrário! Porém, realizo meu trabalho com muito comprometimento, estudo e carinho. Busco sempre olhar para cada aluno individualmente, e a partir daí, ajudá-los a sanar as suas dificuldades. Para isso, sempre procuro o apoio da equipe pedagógica da escola e da família. Considero que é um trabalho conjunto que traz excelentes resultados, tendo em vista que certas situações vão além do trabalho de professora alfabetizadora. Por isso, sempre informo aos pais que o processo de alfabetização das crianças é um trabalho coletivo, que em algumas situações eu não dou conta sozinha, mas que, na medida do possível, procuro dar o meu melhor por cada aluno. Inclusive, elaboro planejamentos diferenciados quando necessário e possível, bem como, atividades extras, etc.

Acredito ser importante compartilhar que tivemos que cumprir uma parte burocrática muito cruel durante o ano de 2020 e 2021. Tínhamos que preencher tabelas de Registro das Atividades e Trabalho Remoto de março de 2020 até 19 de julho de 2020 referentes apenas ao trabalho do professor. Mas, a partir de 20 de julho de 2020 até o final do ano de 2021 tivemos que preencher diariamente uma tabela chamada “Documento de acompanhamento e Registro e Ações pedagógicas presenciais e remotas” que era direcionado aos alunos e “Registro das Atividades e Trabalho Remoto” direcionado ao trabalho do professor.

O preenchimento destas tabelas nos tomava muito tempo, tempo este que podia ser destinado para qualificar ainda mais nossa prática pedagógica e contribuiu para aumentar o esgotamento mental do professor. Trabalhamos muito durante toda a pandemia. Nossa casa virou nossa sala de aula, atendíamos as famílias pelo WhatsApp e pelo Messenger a qualquer horário do dia e em qualquer dia da semana. Nesse período ainda fazíamos videoaulas, chamadas de vídeos com a turma e também quando necessário com alguns alunos que apresentavam muita dificuldade na aprendizagem, gravamos muitas histórias, planejávamos aulas que seriam postadas inicialmente, eram postadas nas redes sociais e posterior, no Google sala de aula, planejávamos as aulas on-line também, pesquisando conteúdos interativos como jogos on-line, fazíamos atividades utilizando Jamboard, etc, confeccionamos muito jogos para passar para as famílias como sugestão, assistimos inúmeras lives, a maioria fora do nosso horário de trabalho, fizemos muitos cursos de formação disponibilizado pela SMED, mas também muitos outros disponibilizado por outras instituições.

Os desafios referentes à gravação de vídeos, já haviam sido superados, mas, continuamos trabalhando muito mais que nossa carga horária diária de 8 horas diárias. Nossos celulares ainda estavam sempre disponíveis para atender aos pais, aos alunos e à escola, independente do dia ou horário. Toda essa sobrecarga de trabalho destes dois anos de pandemia, ou seja, em 2020 e 2021, causou um enorme desgaste mental e físico que os professores ainda estão sentindo durante o ano de 2022. Estamos com todos os nossos alunos em sala de aula, enfrentando novos desafios pós-pandemia, que levarão alguns anos para serem superados. Mas, seguimos firmes, realizando nosso trabalho com muito comprometimento, dedicação, estudo e carinho.

### **3 A rede municipal e a pandemia do covid-19: caminhos e desafios**

Com o início da pandemia do covid-19 em 2020 o distanciamento social alterou a vida de todos, inclusive dos nossos estudantes. Com a suspensão das aulas presenciais, a partir de 18 de março em todas as etapas e modalidades de ensino, em todas as escolas tanto públicas, quanto particulares foi criado o Decreto Executivo nº 55, de 19 de março de 2020 que declarou estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19:

Considerando a LDB 9394/96 no que concerne às alterações, excepcionalidade dispensadas na forma da Medida Provisória Nº 934, de 1º de abril de 2020, que garante as 800 horas definidas na mesma Lei; Considerando o Parecer 005/2020 do CNE, de 28 de abril de 2020, que orienta a reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais em decorrência da Pandemia da COVID-19; Considerando a Resolução CMESM nº 40, de 22 de junho de 2020, que regulamenta o Ensino Remoto Emergencial para o Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Santa Maria e suas respectivas modalidades. Nesse viés, com base nos pressupostos legais supracitados a Secretaria de Município da Educação, através da Gestão Pedagógica com vistas a promover uma educação de qualidade, significativa e equitativa, propõe à Rede Municipal de Ensino o CURRÍCULO EMERGENCIAL para o Ensino Fundamental: Anos Iniciais (1º a 5º Ano). (Santa Maria, 2020a).

O chamado currículo emergencial, foi desenvolvido com a participação da rede pública municipal através do envio de conteúdos que os professores julgavam essenciais desenvolver mesmo através do ensino remoto e, por fim, através de um questionário onde o professor assinalava os conteúdos de maior relevância para a sua turma. Com isso, os professores da rede municipal passaram a receber uma orientação quando planejavam suas práticas pedagógicas buscando desenvolver com as suas turmas o necessário e o possível em um momento de pandemia através do ensino remoto.

Em de 02 de abril de 2020 foi aprovado o Decreto Municipal nº 64, que declarou situação de Emergência no Município de Santa Maria, por conta dos prejuízos causados pela pandemia mundial do novo Coronavírus (Covid-19) (Santa Maria, 2020b). No mês seguinte, em 08 de maio de 2020, foi homologada a Instrução Normativa nº 01, da Secretaria Municipal de Educação de Santa Maria/RS, que disciplinou o trabalho remoto dos profissionais de educação enquanto durarem os efeitos da Pandemia e dá outras providências; ação de Emergência no Município de Santa Maria, por conta da afetação pela pandemia mundial do novo Coronavírus (Covid-19) (Santa Maria, 2020c).

A Instrução Normativa nº 02, da Secretaria Municipal de Educação de Santa Maria/RS, aprovada em 20 de julho de 2020, disciplina o trabalho remoto dos profissionais que atuam

## *Relato de experiência de uma professora alfabetizadora em tempos de pandemia - anos 2020 e 2021*

na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e suas respectivas modalidades enquanto durarem os efeitos da Pandemia e dá outras providências (Santa Maria, 2020d). Essa normativa, dá legitimação e reconhecimento legal para uma prática que desde a suspensão das aulas presenciais vinha sendo realizada por muitos professores da rede pública e particular. Como relatado anteriormente, foi um trabalho árduo, que exigiu dos professores e gestores uma didática e um conhecimento digital que não possuíam, mas que foram buscar através de formação continuada particular, formação realizada no mês de maio, pela rede municipal de ensino e pelas trocas entre seus pares.

Em 22 de junho de 2020 o Conselho Municipal da Educação de Santa Maria, por meio da Resolução n. 40, regulamenta o Ensino Remoto Emergencial para o Ensino Fundamental e suas respectivas modalidades:

Art. 1º O Ensino Remoto de Emergência compreende o atendimento não presencial, incluindo ou não o uso de tecnologias digitais, enquanto permanecem as medidas de prevenção ao novo Coronavírus (COVID-19) no ano letivo de 2020 e/ou quando acometidos por pandemias e outras intercorrências previstas no termo da lei. (Santa Maria, 2020e).

Sendo assim, cada professor e equipe gestora da sua escola, organizou-se para atender os alunos de forma remota respeitando sua realidade local. Algumas das escolas, onde os alunos têm acesso à internet, fizeram uso da plataforma Google sala de aula (Classroom), disponibilizada pela Secretaria Municipal de Educação e outras escolas propuseram o uso das atividades impressas. Cada realidade tentou atender o maior número de alunos possíveis. Os encontros on-line semanais também fizeram parte das práticas das escolas, porém, dependendo da realidade chegou a poucos alunos. O ensino remoto realmente é um grande desafio para todos os envolvidos: escola, gestores, professores, alunos e famílias. Porém, sabemos que bons resultados são possíveis quando escola e família trabalham juntas. No que se refere à alfabetização, no artigo 14 dessa normativa consta que:

Art. 14 Para organização do trabalho pedagógico no Ensino Fundamental ficam estabelecidas as seguintes orientações:  
I- O Ciclo de Alfabetização, compreendendo pela etapa inicial do Ensino Fundamental do 1º ao 3º ano, requer a dinâmica colaborativa entre seus professores para garantir a aprendizagem dos estudantes – oportunizar a alfabetização significativa e efetiva por meio de experiências de aprendizagens é fundamental para buscar a mediação e a valorização de situações lúdicas, articuladas com as experiências vivenciadas na Educação Infantil, conforme a BNCC preconiza (Santa Maria, 2020e).

Mais uma vez observa-se que o termo “ciclo e alfabetização” compreende do 1º ao 3º ano do ensino fundamental, respeitando o processo de alfabetização das crianças dessa etapa de ensino. Diferente de como citado anteriormente, na BNCC e no PNA estão tentando abreviar este processo.

Em 03 de julho de 2020, o Conselho Municipal da Educação de Santa Maria, lança a Resolução 41, que regulamenta o Ensino Remoto na Educação Infantil. Conforme esse documento,

Para fins de regulamentação pelo Conselho Municipal de Educação de Santa Maria, consideramos que serão desenvolvidas na etapa da Educação Infantil, no Sistema Municipal de Ensino (Escolas de Educação Infantil Públicas e Privadas) AÇÕES PEDAGÓGICAS ORIENTADAS - NÃO PRESENCIAIS – NA EDUCAÇÃO INFANTIL, as quais serão elaboradas pelas professoras e professores, juntamente com a equipe gestora das escolas, levando em conta a realidade da comunidade escolar, bem como, o diagnóstico das condições socioeconômicas, de saúde e de acesso às tecnologias, das famílias neste período de distanciamento social. (Santa Maria, 2020f).

Com isso, o trabalho que já vinha sendo desenvolvido nas turmas de Educação Infantil, teve um reconhecimento e um amparo legal. Uma prática que se sabe que não era a ideal, mas que, no momento, foi muito significativa para contribuir com o desenvolvimento integral de nossas crianças e manter o vínculo com as mesmas.

Todas essas normativas e resoluções citadas anteriormente, referentes ao município de Santa Maria- RS preservaram a vida de todos, tanto dos alunos, quanto dos professores e dos trabalhadores da educação. Em momento algum, foram colocados, outros interesses antes do que a “preservação da vida”. Porém, penso ser importante destacar, que os professores nunca trabalharam tanto, estudaram tanto, fizeram tantos cursos de formação continuada. Também, tiveram que dar conta dos afazeres das suas casas, dar atenção as suas famílias, tiveram que estudar com os filhos. Isso, tem lhes causado um grande desgaste físico e psicológico que não sabemos as consequências que trarão futuramente para as redes de ensino em termos de saúde dos profissionais da educação.

Portanto, respeitar o processo de alfabetização, mais do que nunca é fundamental, pois vivemos uma pandemia, onde o ensino não tem chegado a todos os alunos como deveria. Considerar o ciclo de alfabetização é essencial para que as crianças construam seu

conhecimento de uma forma significativa e prazerosa. Do contrário, isso se tornará uma atividade mecânica repleta de treinamento e “decoreba” sem reflexão.

#### **4 O papel da família no ensino remoto: muros derrubados e parcerias construídas**

Por muitos anos, a educação escolar esteve apenas a cargo da escola. As famílias por inúmeros motivos estavam cada vez mais se desobrigando com a educação dos filhos e deixando tudo com a escola. Por isso, muitas vezes não acreditamos no potencial dessa parceria entre escola e família e ficamos repetindo que isso não funciona.

Existem diferentes situações, em relação ao desinteresse da família quanto à educação da criança. Todo incentivo começa quando a criança percebe que o aprendizado faz sentido para a vida dela, ou seja, que aprender a ler e escrever vai fazer com que se torne uma pessoa com melhores condições de viver dignamente, seja ela de família com melhores condições econômicas ou não, confirmando que a aquisição de conhecimento tem um significado real. A criança reproduz muito do que vivencia; então, a partir do ambiente que está inserida, o incentivo ao ler e escrever com carinho pode contribuir para que aprenda melhor. Antes da escola, o grupo social na qual ela está mais inserida é sua família, seja ela de qual classe social pertencer.

Mas, nesse período de aulas remotas, onde o estudo domiciliar se fez presente, não só os professores precisaram mostrar seu valor, compromisso e engajamento pela aprendizagem das nossas crianças, jovens e adolescentes. As famílias também deram o seu melhor em um trabalho conjunto. Por isso, “é importante que a família esteja engajada no processo ensino-aprendizagem. Isto tende a favorecer o desempenho escolar, visto que o convívio da criança com a família é muito maior do que o convívio com a escola” (Souza, 2009, p. 8).

Por causa do trabalho e da falta de tempo, muitas famílias encontram dificuldade em participar da vida escolar da criança, mas mesmo com os obstáculos, demonstram o interesse, afetividade e colaboram com o processo da aprendizagem de seus filhos. A família teve que dedicar um tempo para as crianças, incentivando e estimulando em seu processo da alfabetização. Os pais e a escola tiveram que buscar condições, traçar metas que pudessem contribuir para o desenvolvimento intelectual e social do indivíduo.

Por certo não são todas, mas nunca houve na história da educação um movimento tão grande e de tanto esforço e compromisso dessas famílias em nosso país. Nunca estivemos

tão juntos e presentes, família e professores, como nesse período de distanciamento social. Isso, é maravilhoso! Sim! A pandemia também trouxe coisas boas. Esta parceria trouxe resultados ótimos. Por meio dessa parceria o processo de aprendizagem das crianças não parou. Se manteve com um outro formato, mas não parou. Sendo assim, foi possível que a criança construísse seu conhecimento através do trabalho dos professores em que a família foi “ponte” entre eles e as crianças. Sim, ponte! Pois, não havia como o professor chegar diretamente na criança, como acontecia quando estamos com aulas presenciais. Tivemos, então, que nos reinventar, mudar nossa forma de dar aula e passar a contar com as famílias.

No ensino remoto emergencial os alunos estudaram em casa e, provavelmente, precisaram de ajuda para organizar os horários, comunicar com a escola e até para compreender as atividades enviadas pelos professores e professoras. Quando reportamos ao ensino remoto emergencial nos referíamos às atividades não presenciais propostas pelos professores, com objetivo de continuar o processo educativo durante a pandemia.

No mês de Abril de 2020, o Conselho Nacional de Educação (CNE) elaborou as diretrizes para as escolas seguirem durante a pandemia, onde indicou as ações educacionais por nível e modalidade de ensino. No parecer, o papel da família é visto como essencial para manter o vínculo com as escolas e evitar retrocessos no desenvolvimento dos estudantes. Ao preferir as recomendações para o ensino remoto, o CNE enfatiza que há maior necessidade da participação dos pais, quanto mais novos são os filhos. No que se refere à Educação Infantil, o foco é estreitar vínculos e fazer sugestões de atividades conjuntas para os pais e as crianças. Já nos anos iniciais do Ensino Fundamental, os adultos têm papel de “mediadores”, recebendo as orientações dos professores por meio de roteiros/planejamentos.

Se até então as famílias transferiam a maior parte do que seria de sua responsabilidade acerca da educação à escola isso teve que mudar com o ensino remoto. As instituições de ensino tiveram que envolver e trazer para si as famílias não participativas para perceberem, de fato, que a sua participação efetiva no processo educacional de seu filho contribui verdadeiramente para o processo positivo da aprendizagem, sobretudo no período de alfabetização.

É de fundamental importância destacar que o CNE reforça que não se pode “pressupor que os ‘mediadores familiares’ substituam a atividade do professor”, sinalizando que as instruções devem delimitar seu papel e ajudar na organização de uma rotina com os alunos.

A escola, em parceria com a família, pode desenvolver uma boa aprendizagem das crianças, uma sociedade mais democrática e pluralista. Ambas desempenham funções muito importantes para desenvolvimento da criança e da alfabetização. É muito importante que se tenha um respeito mútuo entre elas, favorecendo uma confiança e competência na atuação de cada uma.

A boa relação entre a escola e a família foi, e continua sendo, fundamental para obter e garantir resultados que favoreçam o desempenho das atividades pedagógicas, dos métodos e procedimentos educacionais. Para Ramos e Faria (2011, p. 132), “a família não é um objeto internalizado, mas um conjunto de relações internalizadas, laços que vão transformando-se em modalidade de aprendizagem”. Sendo assim, o diálogo deve estar sempre presente entre professores e famílias, já que a educação das crianças acontece nesses dois âmbitos e contextos diferentes e faz referência a uma educação individual e coletiva.

### **5 Gestão escolar e ensino remoto: suporte pedagógico necessário**

A pandemia e o ensino remoto também trouxeram um novo desafio para os gestores de nossas escolas. O papel do coordenador pedagógico nunca foi tão importante como foi neste momento. Estes tiveram que reorganizar suas práticas rapidamente, para poderem dar suporte aos professores que da noite para o dia, se “viram” ensinando fora das suas salas de aula, sem a presença física tão fundamental para a consolidação do processo, principalmente, no processo alfabetização. A equipe gestora como um todo foi fundamental neste momento, pois conseguiram juntamente com o professor estreitar os vínculos com as famílias, realizar a busca ativa de alunos que não estavam realizando e postando as atividades remotas, realizar rodas de conversas e escutas com os professores, etc.

O trabalho dos gestores escolares deu segurança e apoio para os professores realizarem seu trabalho com qualidade e dedicação. Com esse apoio, penso que consegui atingir meu objetivo como professora alfabetizadora que é alfabetizar letrando meus alunos. Nem todos chegaram ao nível alfabético, porém, tenho certeza que este processo terá continuidade no segundo ano. Para que esse processo tenha continuidade a gestão escolar desempenha um papel fundamental pois consegue estabelecer uma postura de parceria em busca de soluções dos problemas do cotidiano escolar, uma parceria que pode ser muito produtiva e criativa. Com isso, compreende-se a gestão escolar como:

[...] o ato de gerir a dinâmica cultural da escola, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas para a implementação de seu projeto político-pedagógico e

compromissado com os princípios da democracia e com os métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias, no âmbito de suas competências), de participação e compartilhamento (tomada de decisões conjunta e efetivação de resultados) e autocontrole (acompanhamento e avaliação com retorno de informações). (Luck, 2009, p. 24).

A gestão escolar constitui uma dimensão importante da educação, pois, é por meio desta, que se observa a escola e os problemas educacionais globalmente e se busca, através da visão estratégica e as ações interligadas abranger, como uma rede, os problemas que realmente funcionam e se mantêm em rede. Sendo assim, foi fundamental neste tempo de pandemia e ensino remoto a participação da equipe gestora na condução da ação pedagógica, na tomada de decisões e na organização e articulação dos recursos e processos disponíveis.

O papel do coordenador pedagógico nunca foi tão importante como foi neste momento. O coordenador tem importante função na escola o de articular os saberes entre todos os sujeitos envolvidos no eixo escolar, o de favorecer o coletivo e suas relações desde a escola e a família até as relações entre o aluno e o professor. De acordo com Lima e Santos (2007, p. 85):

O Coordenador Pedagógico é um profissional que deve valorizar as ações coletivas dentro da instituição escolar, ações essas que devem estar vinculadas ao eixo pedagógico desenvolvido na instituição. Ele deverá ser o articulador dos diferentes segmentos da mesma, na elaboração de um projeto pedagógico coletivo.

Muito mais que uma função, ser coordenador exige do profissional uma identidade reflexiva, dialógica e persistente que seja capaz de superar as dificuldades diárias desde problemas encontrados com os próprios colegas que muitas vezes passam a vê-lo não mais como um colega, mas como um ser entre a gestão e o grupo de professores. A busca de informação e apoio ao profissional que escolhe essa função até as dificuldades de serem superadas na comunidade ao qual está inserido proporciona a todos envolvidos ferramentas que o auxiliem no processo de ensino aprendizagem.

O objetivo primeiro da escola foi comprometer-se com o sucesso na aprendizagem de seus educandos, nessa perspectiva a gestão escolar primou para que isso se cumprisse na íntegra. A conexão entre gestão, equipe pedagógica e professores foi condição essencial para o desenvolvimento de ações que viabilizaram resultados positivos no processo de desenvolvimento educacional, promovendo a qualidade e equidade dos direitos às aprendizagens de todos os alunos.

## **6 Considerações finais**

Com esse relato procurou-se destacar que alfabetizar durante uma pandemia foi uma tarefa muito desafiadora, pois jamais imaginava-se vivenciar uma experiência de tal proporção. Para essa situação emergencial não havia referência alguma e, portanto, os professores precisaram agir com rapidez pois inicialmente sentiram-se inseguros de como agir e se teriam resultados positivos com suas ações. Essa insegurança levou os professores alfabetizadores a investir em formação continuada. Algumas dessas formações foram disponibilizadas pelo poder público e outras por iniciativa própria.

Para muitos, o momento foi desesperador. Freire (1987, p. 80) expõe que “[...] a educação problematizadora, de caráter autenticamente reflexivo, implica num constante ato de desvelamento da realidade” e, assim, entende-se que isso foi feito naquele momento. As práticas precisaram ser reconstruídas com o objetivo de atender este novo modo de alfabetizar sem a presença física, sem o toque, sem o olho no olho.

Em vários momentos encontrávamo-nos distantes e nem os encontros on-line eram possíveis. Nesse momento, as redes sociais foram, mais de que nunca, fundamentais para não perder o vínculo. Porém, o professor soube, sim, se reinventar e excelentes práticas surgiram em que os alunos e suas famílias foram os protagonistas principais no processo de alfabetização e de construção de conhecimentos. Destaca-se ainda o importante papel de gestores educacionais, de gestores escolares e do trabalho coletivo de uma rede pública de ensino para atravessar esse momento complexo e desafiador.

Por fim, evidencia-se que algumas crianças começaram a ler e escrever sem a presença física do seu professor que, mesmo à distância, não deixou de cumprir o seu papel de mediador neste processo. Apesar de todas as dificuldades, chega-se à conclusão de que ser professor é sempre um desafio, independente do ambiente em que se vive, das condições que se apresentam e da função que se ocupa. É por isso que nos reinventamos a cada dia, pois nosso principal objetivo é proporcionar uma educação acessível e de qualidade para todos os alunos.

### **Referências**

- BRYANT, Peter; BRADLEY, Lynette. **Children's reading problems**. Oxford: Blackwell, 1985.
- CHALITA, Gabriel. **Educação: a solução está no afeto**. São Paulo: Gente, 2001.
- FERREIRO, Emília. Reflexões sobre alfabetização. São Paulo: Cortez, 1986.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LIMA, Paulo Gomes; SANTOS, Sandra Mendes dos. O coordenador pedagógico na educação básica: desafios e perspectivas. **Educere: ET Educare**, Cascavel, PR, v. 2 n. 4, p. 77-90, Jul./Dez., 2007. Disponível em: <http://www.ufgd.edu.br/faed/nefope/publicacoes/ocoordenador-pedagogico-na-educacao-basica-desafios-e-perspectivas>. Acesso em: 15 out. 2021.

LUCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MORAIS, Arthur Gomes de. **Sistema de Escrita Alfabética**. Como eu ensino. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

MORAIS, José. **A arte de ler**. São Paulo, SP: Editora Unesp, 1995.

NÓVOA, Antônio. Concepções e práticas da formação contínua de professores: In: Nóvoa A. (org.). **Formação contínua de professores: realidade e perspectivas**. Portugal: Universidade de Aveiro, 1991.

RAMOS, Maria Beatriz Jacques; FARIA, Elaine Turk. **Aprender e Ensinar: diferentes olhares e práticas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

SANTA MARIA. **Documento Orientador Curricular Santa Maria**. Santa Maria, RS: Secretária Municipal de Educação, 2019a.

SANTA MARIA. **Resolução nº 39**. Santa Maria, RS: Conselho Municipal de Educação, 2019b.

SANTA MARIA. **Decreto Municipal nº 55, de 19 de março de 2020**. O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, CONSIDERANDO os termos do disposto no Decreto Estadual nº [55.128](#), de 19 de março de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul. Santa Maria, RS: Prefeitura, 2020a.

SANTA MARIA. **Decreto Municipal nº 64, de 02 de abril de 2020**. Declarou situação de Emergência no Município de Santa Maria, por conta da afetação pela pandemia mundial do novo Coronavírus (Covid-19). Santa Maria, RS: Prefeitura, 2020b.

SANTA MARIA. **Instrução Normativa nº 01/2020, de 08 de maio de 2020**. Disciplinou o trabalho remoto dos profissionais de educação, enquanto durarem os efeitos da Pandemia e dá outras providências. Santa Maria, DF: Secretária Municipal de Santa Maria, 2020c.

SANTA MARIA. **Instrução Normativa nº 02/2020**. Disciplina o trabalho remoto dos profissionais que atuam na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e suas respectivas modalidades enquanto durarem os efeitos da Pandemia e dá outras providências. Santa Maria, DF: Secretária Municipal de Santa Maria, 2020d.

SANTA MARIA. **Resolução n. 40, de 22 de junho de 2020**. Regulamentação do Ensino Remoto Emergencial para o Ensino Fundamental. Santa Maria, RS: Conselho Municipal de Educação de Santa Maria, 2020e.

SANTA MARIA. **Resolução n. 41, 3 de julho de 2020**. Regulamentação do Ensino Remoto na Educação Infantil. Santa Maria, RS: Conselho Municipal de Educação de Santa Maria, 2020f.

SARTORI, Adriane Teresinha. O memorial de formação e graduação de (futuros) professores. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 15, n. 28, p. 267-284, 1º sem. 2011

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SOUZA, Maria Ester do Prado. **Família/Escola**: A importância dessa relação no desempenho escolar. Santo Antônio da Platina, PR: Programa de Desenvolvimento Educacional, 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1764-8.pdf>. Acesso em: 11 out. 2021.

## Notas

---

<sup>i</sup> A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus (Covid-19) constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, a Covid-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia (OMS/PAHO, 2020), definida pela organização como a “disseminação mundial de uma nova doença [...] quando uma epidemia, surto que afeta uma região, se espalha por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa”.

## Sobre as autoras

### **Patricia Miolo, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)**

Mestra em Políticas Públicas e Gestão Educacional pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professora da Rede Municipal de Ensino de Santa Maria-RS. E-mail: [patriciamiolo@gmail.com](mailto:patriciamiolo@gmail.com) Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9638-6443>

### **Débora Ortiz de Leão, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)**

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2009), Pós doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2015). Professora Associada na Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, desempenha atividades profissionais vinculadas ao Departamento de Administração Escolar, do Centro de Educação. Coordenadora do curso de Pedagogia Diurno da UFSM (2023 a 2025). Integra o Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional - PPPG-UFSM. E-mail: [dboleao@gmail.com](mailto:dboleao@gmail.com) Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4122-4452>

Recebido em: 42/09/2024

Aceito para publicação em: 01/10/2024